

Análise da produção científica de discentes cotistas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba

Analysis of the scientific production of quota students of the Postgraduate Program in Information Science at the Federal University of Paraíba

Felipe Arthur Cordeiro Alves   

Rebeca Klywiann Cardone   

Ana Patrícia Silva Moura   

Resumo

As ações afirmativas são políticas públicas importantes para democratizar o acesso à educação e a produção do conhecimento. O presente estudo configura-se como uma pesquisa documental, descritiva e exploratória com abordagem quanti-qualitativa. Objetivou-se, por meio deste trabalho, mapear as produções científicas de discentes cotistas ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a nível de Mestrado e Doutorado, entre 2017 e 2019. Para formar o corpus da pesquisa, utilizou-se a Plataforma Lattes e o questionário eletrônico com as/os sujeitas/os da pesquisa no ambiente informacional digital. Como resultados elaborou-se quadros e gráficos para representação dos seguintes dados: autoria, título, ano, entre outras variáveis. Concluiu-se que é notória a pluralidade temática encontrada nas pesquisas recuperadas pelo estudo: Altimetria, Arquitetura da Informação, Fake News, Gestão da Informação, Preservação Digital, Tecnologia da Informação, entre outras. Além disso, evidencia-se que boa parte dos estudos recuperados se relacionam com os marcadores sociais da diferença: gênero, raça, classe, entre outros. Salienta-se a importância de um acompanhamento contínuo da produção científica de discentes cotistas no contexto do PPGCI/UFPB, bem como nos demais Programas de Pós-Graduação da área de Ciência da Informação.

Palavras-chave: produção científica; ações afirmativas; racismo estrutural; programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba.



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 55-88, maio/ago. 2023. ISSN 2447-0120. DOI 10.56837/fr.2023.v9.n2.977.

Abstract

Affirmative actions are important public policies to democratize access to education and the production of knowledge. The present study is configured as a documentary, descriptive and exploratory research with a quantitative-qualitative approach. The objective of this work was to map the scientific production of quota students entering the Postgraduate Program in Information Science (PPGCI) at the Federal University of Paraíba (UFPB), at Master's and Doctoral level, between 2017 and 2019. To form the research corpus, the Lattes Platform and the electronic questionnaire were used with the research subjects in the digital informational environment. As a result, tables and graphs were created to represent the following data: authorship, title, year, among other variables. It was concluded that the thematic plurality found in the research recovered by the study is notorious: Altimetry, Information Architecture, Fake News, Information Management, Digital Preservation, Information Technology, among others. In addition, it is evident that most of the studies retrieved are related to social markers of difference: gender, race, class, among others. The importance of continuous monitoring of the scientific production of quota students in the context of the PPGCI/UFPB, as well as in other Graduate Programs in the area of Information Science, is highlighted.

Keywords: scientific production; affirmative actions; structural racism; postgraduate program in information Science – Federal University of Paraíba.

1 Introdução

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como lei de cotas. Essa política de ações afirmativas reserva metade das vagas, em universidades e institutos federais, para as populações negra, parda, indígena e de baixa renda do país. Tal ação impactou a entrada das populações supracitadas na ambiência acadêmica, como um processo de reparação histórica. Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)¹, por exemplo, o percentual de discentes pretos, pardos e indígenas cresceu 91% entre 2017 e 2022. Em 2017, os estudantes cotistas matriculados nos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação correspondiam a apenas 15%, e em 2022, esse número saltou para 26%. Esse cenário de inclusão se desdobrou em outras universidades brasileiras, conforme apresentaremos no decorrer deste estudo.

A política de ações afirmativas pode ter influenciado a produção científica desde então, visto que proporcionou uma representatividade maior de populações historicamente excluídas do processo de construção científica. Logo, o estudo da produção científica é um indicador de tendências de qualquer área do conhecimento. Na Ciência da Informação, a produção científica apresenta os rumos que a área irá seguir (Paiva; Ramalho, 2017).

Como exemplo do cenário exposto, podemos citar o fato de, em 2018, a população negra ter se tornado maioria nas universidades públicas do país. Essa foi uma conquista tardia e que já deveria ser uma realidade há muito tempo, pois, o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo e só perde para a Nigéria (Gomes, 2019). Podemos afirmar que as ações

¹ Para saber mais: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2022/07/20/numero-de-cotistas-aumenta-91-em-cinco-anos-na-unicamp>. Acesso em: 27 set. 2022.

afirmativas brasileiras podem ser vistas como uma quebra paradigmática no que diz respeito ao acesso à educação e à democratização do conhecimento no país.

As ações afirmativas são políticas públicas que visam à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à anulação dos efeitos discriminatórios de raça/etnia, classe social, gênero, idade e regionalidade (Gomes, 2001).

A concretização da igualdade social proposta na Constituição brasileira perpassa a democratização do acesso à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, consideramos que a Ciência da Informação desempenha um papel central na equidade social e na desconstrução de diversos tipos de discriminação social presentes na sociedade brasileira.

No Brasil, a Ciência da Informação mantém relações institucionais e teóricas com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Conforme Araújo (2011), a área se desenvolveu no país, em termos de construção identitária, com o surgimento de pós-graduações em Ciência da Informação, principalmente no âmbito de Departamentos e Escolas de Biblioteconomia. Apesar da existência de graduações em Ciência da Informação, atualmente, a área se concentra, majoritariamente, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

No que tange às cotas na pós-graduação, a inclusão das populações contempladas pelas ações afirmativas pode ser ainda mais desafiadora, porque, nesse nível de ensino, essa política só começou a ser implementada em maio de 2016, por meio da Portaria² nº 13, que dispunha sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. O instrumento normativo estabeleceu um prazo de até noventa dias para que as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentassem propostas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação. A mesma portaria também estabeleceu que as instituições deveriam formar comissões para discutir sobre as ações afirmativas nelas e aperfeiçoá-las.

No mesmo ano, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) suspendeu o grupo de trabalho 'Inclusão social na pós-graduação' da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) (Vanali; Silva, 2019). Antes de a Portaria ser publicada, alguns programas de pós-graduação

² Para saber mais: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 13 jul. 2022.

já haviam estabelecido políticas de ações afirmativas em suas respectivas instituições, como, por exemplo, a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Devido a esses retrocessos e ao golpe político sofrido pela ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016, dentre outras questões, as ações afirmativas, em nível de pós-graduação, não foram implementadas plenamente. Algumas instituições ofertaram essa modalidade de vaga, e outras não efetivaram essas políticas até o presente momento. Essa conjuntura aprofunda, a nosso ver, a disparidade socioeducacional na pós-graduação brasileira. A maioria da população negra está presente em uma área predominantemente feminina (Educação e Saúde), porém, no melhor cenário, são 56 negros(as) para 100 brancos(as) na educação (Artes, 2018). E ao passo em que se aumenta a titulação, diminui o número de pessoas negras: são 15 negros(as) doutores(as) nas áreas de Serviço e Saúde para cada 100 brancos.

Devido a isso, consideramos que a maior representatividade de populações beneficiárias das políticas de cotas nas universidades pode impactar diretamente as produções científicas, razão por que julgamos relevante analisar a produção científica produzida por esses grupos sociais, descortinando seus objetos de pesquisa e os temas que interessam ser publicados.

Produzir conhecimentos é um dos objetivos primordiais das Universidades, e para que progridam, é necessário pesquisar, produzir, disseminar etc. (Valério; Bernardino; Silva, 2012). Em outras palavras, as investigações científicas emergem, principalmente, de questões, logo, por meio do estudo da produção científica de discentes cotistas, é possível saber quais são suas inquietações.

Assim, tendo em vista esses aspectos, este estudo objetivou identificar os temas das produções científicas de discentes cotistas ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em nível de Mestrado e de Doutorado, entre os anos de 2018 e 2022. Devido aos limites deste estudo, só fizeram parte da amostra os artigos científicos publicados em periódicos nos últimos cinco anos.

No que diz respeito ao percurso metodológico, este estudo empreendeu uma pesquisa documental, no ambiente da web, com base nos critérios supracitados. A análise no ambiente web teve como *locus* a Plataforma Lattes (<https://lattes.cnpq.br/>). Para atender aos objetivos da pesquisa, só consideramos a produção científica dos últimos cinco anos (2017-2022). O recorte temporal foi escolhido tendo em vista o maior recorte possível – 2017

– o primeiro ano em que houve ingresso de discentes no PPGCI/UFPB por meio de ações afirmativas.

Destarte, esta pesquisa se justifica porque é importante a inclusão socioeducacional de grupos historicamente excluídos e impelidos a viver em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, é necessário desconstruir truísmos construídos em torno de uma meritocracia despudorada, que endossa uma narrativa pseudodemocrática e desconsidera que o Brasil é um país com desigualdades sociais acentuadas que propiciam assimetrias, no que se refere às oportunidades de ensinar e de atuar nos âmbitos profissional e social.

Ainda em termos de justificativa, a pesquisa foi desenvolvida em consonância com políticas internacionais instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); e a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024).

“A nova agenda de 2030 da ONU é um marco inclusivo, integrada por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que engloba o desenvolvimento econômico, ambiental e social” (IFLA, 2016, n. p.). Nesse sentido, consideramos que este estudo contribui com alguns ODS, dentre os quais, destacamos: Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza – no Ensino Superior, as ações afirmativas podem contribuir para promover a ascensão socioeconômica dos grupos beneficiários das cotas; Objetivo 4 - Educação de Qualidade - no âmbito dos PPGCIs, as ações afirmativas contribuem para uma educação inclusiva, equitativa e de boa qualidade; Objetivo 10 - Redução das desigualdades - as ações afirmativas empoderam e promovem a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade social; Objetivo 16 - Paz, justiça e instituições eficazes - consideramos que as cotas, nas seleções para ingressar nos PPGCIs, promovem a justiça social no que tange à representatividade de grupos historicamente invisibilizados.

A Década Internacional de Afrodescendentes abre caminhos e reflexões relativas ao tema ‘negro’. É catalisadora de novos trabalhos sobre esse assunto em diferentes áreas, em especial, na Ciência da Informação (Ortolan *et al.*, 2017). Nesse sentido, consideramos que identificar os temas dos estudos de discentes cotistas é uma forma de apontar tendências de pesquisas da área e de suscitar outros temas para o debate científico, o que serve de subsídio para outras pesquisas acerca das ações afirmativas em outros PPGCIs do país.

Sem prejuízo da exposição, este estudo também adota um tom provocativo para a comunidade de cientistas da informação acerca da importância das

ações afirmativas na Ciência da Informação brasileira, pois, até 2019, menos de $\frac{1}{3}$ dos PPGCIs brasileiros havia implementado ações afirmativas em seus editais de seleção (Alves, 2021). Tal cenário se revela preocupante e salienta a necessidade de acompanhar as ações afirmativas na área de modo contínuo.

2 Ações afirmativas brasileiras: o racismo estrutural na política

A princípio, pode soar estranho ou duvidoso, mas é factual que as ações afirmativas não começaram apenas em 2012. O que houve, nesse ano, foi a federalização das cotas, que garantiu uma expansão da política em toda a nação e não permitiu que a mesma ficasse retida apenas a algumas instituições e partes da Federação.

O primeiro programa de cotas foi implantado em 2003 pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então, outras instituições aderiram a essa política e, entre 2003 e 2005, 14 aderiram às cotas e, em 2010, já se somavam 83 instituições de ensino superior com cotas. A aprovação da lei federal, em 2012, funcionou como um indicador de eficácia das cotas (Guarnieri; Melo-Silva, 2017).

Até o ano de 2012, muitos debates foram feitos em torno desse tema por intelectuais, políticos(as), representantes da sociedade civil, movimentos sociais e religiões. No ano de 2001, na IIIª Conferência contra Xenofobia e Discriminação, sediada, em Durban, na África do Sul, foi exposto que, internacionalmente, o Brasil não era referência em relação a harmoniosas relações étnico-raciais. Na ocasião, representantes do movimento negro brasileiro denunciaram os efeitos ignominiosos do racismo no país, que, a partir desse evento, assumiu solenemente o compromisso de combater o racismo e de atuar no sentido de proporcionar uma reparação histórica para o povo negro (Guarnieri; Melo-Silva, 2017).

Em consideração a isso, inúmeras discussões se desenrolaram acerca das ações afirmativas no país. As principais críticas às ações afirmativas foram: inexistência biológica de raças, caráter ilegítimo de ações reparadoras do período escravista, risco de acirramento do racismo, inviabilidade da identificação racial, entre outras. Por outro lado, os argumentos favoráveis se concentravam na discussão do caráter constitucional das cotas e sua relevância na diminuição das desigualdades sociais (Guarnieri; Melo-Silva, 2017).

Os questionamentos acerca das ações afirmativas explicitam uma zona de tensão que sempre esteve presente nas práticas sociais, mas que tem sido

encoberta sistematicamente. Nos principais pontos de oposição, circundam temas como mestiçagem, diversidade étnica, inconstitucionalidade de uma política de direitos específicos, concepção moderna de igualdade e a lei de cotas como uma imposição autoritária (Mayorga; Souza, 2012).

O cenário de resistência às políticas de ações afirmativas no país é uma demonstração evidente da atuação do mito da democracia racial e do racismo estrutural. Grande parte das alegações contrárias às ações afirmativas perpassa o negacionismo acerca do racismo e dos efeitos nefastos da escravidão.

Acerca da formação da sociedade brasileira e do mito da democracia racial, no Brasil, ainda há um rígido monopólio de poder nas mãos da comunidade branca minoritária. Todas as mudanças socioeconômicas e políticas que houve no país, entre 1500 e 1978, não exerceram influências significativas na estrutura da supremacia racial branca (Nascimento, 2019). Portanto, a condição racial continua como uma contradição fundamental na sociedade brasileira.

Sob nosso ponto de vista, tamanha resistência às ações afirmativas é, na verdade, reflexo do racismo instaurado no país. O racismo é estrutural e decorrente da estrutura social, ou seja, do modo “normal” como se constituem as relações políticas, sociais e econômicas, e define o racismo como

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 32).

A presença de beneficiárias(os) de ações afirmativas nas universidades causa incômodos de diversas ordens, como a desconstrução recorrente do mito da democracia racial brasileira e a explicitação da desigualdade no contexto universitário (Mayorga; Souza, 2012). Nesse contexto, negros(as) e pobres aparecem como “problemas”, “dificultadores de harmonia social”, que causam ruídos que supostamente impedem a universidade de operar como “deveria atuar”. Tamanha ojeriza e desprezo às classes pobres tem sua raiz fincada no regime escravista. Segundo Souza (2017, p. 151), “do escravismo nós herdamos o desprezo e o ódio covarde pelas classes populares, que tornariam impossível uma sociedade minimamente igualitária como a europeia”.

Para elucidar o contexto exposto, recorreremos a Almeida (2019), para quem o racismo estrutural pode ser desdobrado em processo político e histórico. Processo político, porque é um processo sistêmico de discriminação que

influencia a conjunção social e, para isso, depende do poder político. Como processo histórico, o racismo estrutural não pode ser compreendido como algo meramente consequente de sistemas políticos e econômicos. Historicamente, manifesta-se em alinhamento com as transformações sociais.

As ações afirmativas, como política pública, podem ser consideradas uma grande reforma estrutural no sistema educacional brasileiro. Por meio dessa reparação histórica, ocorreu uma verdadeira transformação na ambiência acadêmica brasileira, visto que tal medida atenuou duas características peculiares da Academia: o elitismo e o hegemonismo.

Lima, Santiago e Aquino (2010, p. 82) asseveram que “as políticas educacionais precisam intensificar e fortalecer as ações afirmativas para combater as desigualdades sociais, focando as principais fontes de discriminação – a pobreza e o racismo”. As ações afirmativas podem ser caracterizadas como uma discriminação positiva, pois tratam, de modo desigual, determinados grupos, com o objetivo de corrigir prejuízos históricos, os quais são incalculáveis e explicitados nas profundas desigualdades sociais instauradas no país (Almeida, 2019).

Para Almeida (2019, p. 42), o objetivo das ações afirmativas é de “aumentar a representatividade de minorias raciais e alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais”. Entendemos que as cotas podem contribuir para a construção de grupos acadêmicos mais heterogêneos e diversificados bem como em uma pluralidade epistêmica.

[...] se deve reconhecer, a bem da verdade histórica, que Fernando Henrique Cardoso, em coerência com sua produção acadêmica sobre o negro, foi o primeiro presidente na história da República brasileira a declarar em seu discurso de posse que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo com audácia política. Como consequência, em seu governo as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas, sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, África do Sul, em 2001.

No Brasil, as ações de combate ao racismo tiveram seu apogeu nos governos populares do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos governos do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foram promulgadas as seguintes legislações: a Lei nº 10.639/2003³, que instituiu o ensino da história

³ Para saber mais: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

africana e afro-brasileira em escolas públicas e privadas, e o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado pela Lei nº 12.288/2010⁴. Nos governos da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), foi sancionada a já mencionada Lei de cotas, Lei nº 12.711/2012, e publicada a já citada Portaria nº 13/16 do Ministério da Educação, que dispunha sobre a adoção de ações afirmativas na pós-graduação.

Essas conquistas se devem, principalmente, às lutas dos Movimentos Negros, sem cuja atuação não teriam sido possíveis as conquistas atuais tampouco as políticas de igualdade teriam sido produzidas e implementadas (Freitas; Souza *et al.*, 2019). Ainda são necessários muitos desafios para efetivar as políticas públicas e as ações de enfrentamento do racismo no país.

Desde o *impeachment* da então presidenta, Dilma Vana Rousseff, em 2016, a agenda de igualdade racial e educacional retrocedeu consideravelmente. Segundo Freitas e Souza *et al.* (2019), o ajuste fiscal assumiu um caráter rígido e permanente no governo Michel Temer (2016-2018), por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos em um período de 20 anos. Os efeitos da Emenda Constitucional foram sentidos em diversas áreas do setor público, inclusive na educação superior.

Em 2020, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), foi iniciado um processo de revisão⁵ da política de cotas. A grande questão é que Bolsonaro e sua gestão demonstravam total antipatia pela política de cotas e a desaprovavam. Em entrevista⁶ na Rádio Jovem Pan, no ano de 2016, enquanto deputado, Jair Messias Bolsonaro ao ser questionado sobre a política de cotas afirmou: “completamente contra”.

Enquanto era presidente, Jair Messias Bolsonaro voltou a questionar⁷ as cotas em 2021 e reiterou: [...] “sempre questioneei a questão de cotas. Acho que a cota eleva o homem pela cor da sua pele como subalterno ao outro de cor de pele diferente. Somos iguais. O meu sogro é o Paulo Negão”. Vale salientar que ele foi acusado de crime de racismo, por ter se referido a quilombolas

⁴ Para saber mais: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁵ Durante o processo de avaliação de submissão deste estudo, o governo Bolsonaro foi derrotado nas eleições de 2022 e a revisão da política de ações afirmativas foi concluída no governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2023, Lula sancionou o Projeto de Lei nº 5384/2020 que fez alterações na Lei nº 12.711 de 2012. As principais mudanças foram a inclusão de quilombolas na política e a diminuição da renda per capita máxima para ser contemplado na lei. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/11/6653896-lei-de-cotas-o-que-muda-com-a-reformulacao-que-sera-sancionada-por-lula.html#google_vignette. Acesso em: 14 jan. 2023.

⁶ Para saber mais: <https://www.youtube.com/watch?v=0w4jiCfQ7bc>. Acesso em: 20 jul. 2022.

⁷ Para saber mais: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4923113-bolsonaro-volta-a-negar-racismo-e-diz-sempre-questionei-a-questao-de-cotas.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

sendo pesados em arrobos como animais. Todavia, a Procuradoria Geral da República afirmou que não houve crime⁸ e optou pelo arquivamento do caso.

Diante do exposto e dos limites deste estudo, reiteramos que as ações afirmativas são importantes instrumentos de promoção da igualdade racial e social em âmbito educacional. Todavia, o racismo estrutural, como processo político e histórico, atua sistematicamente na desconstrução dessa política. Por essa razão, uma revisão na política de cotas é necessária, mas deve ir no caminho de aperfeiçoamento da mesma, ampliando as oportunidades de acesso à educação com base em critérios que contemplem as populações mais carentes do país.

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo configura-se como uma pesquisa documental quantitativa, descritiva e exploratória. A pesquisa documental se caracteriza como uma fonte de informação (Rodrigues, 2007), que, nesse contexto, foi o currículo Lattes das/os pesquisadoras/es, em que foi possível mapear as produções científicas de discentes cotistas ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

As pesquisas exploratórias têm o intuito de “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2019, p. 27). Inicialmente, a fase exploratória da pesquisa foi realizada nos editais de seleção de Mestrado e Doutorado do PPGCI/UFPB e, posteriormente, na lista de aprovadas/os. Em uma segunda fase, ao retornar para o currículo Lattes das/os pesquisadoras/es, foi possível recuperar 52 produções científicas, que compuseram o corpus desta pesquisa. Para isso, consideraram-se os últimos cinco anos de produção científica (2018-2022) e somente teses, dissertações, artigos científicos e capítulos de livros. O recorte temporal se baseia nas seleções de concursos públicos, nos quais se priorizam, na fase da prova de títulos, as produções dos últimos cinco anos, e justifica-se pelo fato de que as ações afirmativas só foram implementadas no PPGCI/UFPB a partir do edital de seleção de mestrado e doutorado em 2017 para ingresso em 2018.

No que diz respeito ao estudo descritivo, Gil (2008) afirma que é utilizado com a finalidade de descrever fenômenos ou determinados universos populacionais. No âmbito deste estudo, a partir das informações

⁸ Para saber mais: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-nao-cometeu-crime-ao-dizer-que-negro-e-pesado-em-arrobos-diz-pgr.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

disponibilizadas e recuperadas no currículo Lattes das/os pesquisadoras/es, foi possível descrever o nome das/os cotistas ingressantes e a produção científica das/os pesquisadoras/es, juntamente com os temas predominantemente estudados.

Na última fase da pesquisa, foi aplicado um questionário para saber qual a modalidade de cota para ingressar no PPGCI/UFPB, a identidade de gênero das/os cotistas, os três temas mais abordados pelas/os pesquisadoras/es (e se contemplam os marcadores sociais da diferença), se a/o pesquisadora/or desenvolveu algum estudo a respeito de ações afirmativas e o título da dissertação/tese, caso tivesse sido defendida.

Os dados coletados - quantitativos e qualitativos - foram categorizados, organizados e representados em quadros e gráficos no *software Microsoft Excel*, que serão apresentados na seção 6 desta pesquisa.

4 Breve histórico das ações afirmativas na Universidade Federal da Paraíba

Nesta seção, discutiremos brevemente acerca da política de ações afirmativas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialmente no âmbito da pós-graduação. Antes, porém, apresentaremos brevemente um histórico da Universidade e sua atuação em diversas regiões do território paraibano.

A UFPB foi fundada como Universidade da Paraíba, por meio da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de novembro de 1995, como resultado da junção de algumas escolas superiores isoladas. Foi federalizada cinco anos depois, por meio da Lei nº 3.835 de 13 de dezembro de 1960 (Oliveira, 2019). Atualmente, a instituição tem uma atuação multicampi, na capital, João Pessoa, e nas cidades de Bananeiras, Areia, Rio Tinto e Mamanguape:

[...] a UFPB possui os seguintes campus⁹ com os seus respectivos Centros de ensino: Campus I (João Pessoa): Centro de Biotecnologia (CBIOTEC), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Campus II (Areia): Centro de Ciências Agrárias (CCA). Campus III (Bananeiras): Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA); Campus IV (Mamanguape e Rio Tinto): Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ). A UFPB, com seus quatro campus, mantém-se dentre as Instituições Federais

⁹ O texto foi transcrito em sua integralidade, logo, não foi possível alterar o termo para “campi”. Entendemos que o último remete à grafia correta em caso de plural do termo “campus”.

de Ensino Superior (IFES) do país, como uma das mais importantes das regiões Norte e Nordeste (Oliveira, 2019, p. 32).

Ante o exposto, evidenciamos a relevância da UFPB para o desenvolvimento do estado da Paraíba, bem como seu protagonismo dentre as universidades brasileiras e internacionais. Em 2020, a instituição figurou entre as dez melhores universidades do nordeste¹⁰ e as 50 melhores do país. No que diz respeito às ações afirmativas, sua atuação foi coerente com as propostas de inclusão das políticas de ações afirmativas. Desse modo, o processo de implementação das cotas, na UFPB, contou com a participação efetiva de pessoas negras, movimentos sociais, discentes, docentes, intelectuais, entre outros.

As primeiras mobilizações para institucionalizar uma política de cotas, na UFPB, iniciaram-se em 1999, com base no dossiê 'Ações afirmativas na UFPB: a longa década de democratização inconclusa no ensino superior' (1999-2021), elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas (NEABI/UFPB). Nele, o autor destaca o protagonismo dos corpos discentes e docentes da instituição bem como do Movimento Negro da Paraíba, da Pastoral do Negro e de grupos de capoeira. Ao longo desse período, houve várias ações de diálogo com a sociedade, dentre elas: seminários, conferências, cursos de extensão e de especialização, publicações científicas, entre outras (Lima, 2014).

A partir da leitura do dossiê¹¹ susodito, convém ressaltar a oferta de disciplinas com temas pertinentes através do NEABI, como, por exemplo, Educação Étnico-racial, vinculada ao Centro de Educação; e História da África, ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Outro marco importante foi o desenvolvimento do projeto Políticas Afirmativas para Afrodescendentes, de iniciativa do Bamidelê: Organização de Mulheres Negras da Paraíba, em parceria com o Movimento Negro da Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR), a Fundação Ford, o CCHLA e o Instituto de Referência Étnica (IRÊ).

No ano de 2010, foi aprovado o Projeto de Reserva de Vagas com recorte social e étnico-racial, com entrada prevista para 2011 e oficializado com a publicação da Resolução nº 09/10 (Lima, 2014). Tal instrumento normativo

¹⁰ Para mais informações, conferir notícia completa em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/09/ufpb-e-ufcg-estao-entre-as-10-melhores-universidades-do-nordeste-em-ranking-internacional.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

¹¹ Para saber mais: <https://silo.tips/download/dossie-aoes-afirmativas-na-ufpb-a-longa-decada-da-democratizaao-inconclusa-no-en>. Acesso em: 09 out. 2022.

criou a modalidade de ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de graduação da UFPB. Chama-nos a atenção o fato de a instituição ter se antecipado em relação à lei de cotas promulgada em 2012. Isso demonstra o compromisso social da instituição em reduzir as desigualdades sociais.

Ainda conforme registros recuperados no dossiê, nos anos de 2002 a 2004, no CCHLA da UFPB, o Bamidelê organizou seminários, em parceria com o Movimento Negro da Paraíba, sobre relações raciais e ações afirmativas. Os eventos não se restringiram aos âmbitos da UFPB, também se estenderam para a cidade de Campina Grande - PB, onde algumas entidades vinculadas à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como a Associação de Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG), organizou o "Primeiro Encontro de Reflexão sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade: cotas e promoção de igualdade".

As discussões acadêmicas a respeito das cotas raciais não se restringiram ao CCHLA. Nos anos de 2005 a 2007, o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) pautaram, em uma mesa redonda denominada de 'Políticas Públicas e Inclusões Sociais', a respeito das cotas raciais na UFPB, ocorrido no segundo semestre de 2006. Nessa época, também foi realizado, no Centro de Educação, o seminário 'A luta de Zumbi dos Palmares ainda não acabou na UFPB', com o dia de mobilização a favor das cotas raciais.

Entre os anos de 2007 e 2009, a Pró-Reitoria iniciou a elaboração de cotas na UFPB, encaminhando as discussões para os Conselhos de Centro. Segundo registros do dossiê, todos os Centros da UFPB se opuseram às políticas de cotas, com exceção do Centro de Educação, que se posicionou a favor. Devido a essa rejeição, grupos de professoras/es, pesquisadoras/es e estudantes se articularam com os coletivos para defender, acompanhar e aprovar as ações afirmativas na UFPB.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), juntamente com os movimentos sociais negros, realizou, no ano de 2009, a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo foi de avaliar as diretrizes para implementar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e apresentar propostas para alterar conteúdos e definir diretrizes para fornecer subsídios para a elaboração do Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Conforme registro que consta no dossiê, em 30 de março de 2010, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovou o Projeto de Reserva de Vagas (raciais e sociais), com 20 votos a favor, dois contrários e

três abstenções para os futuros processos seletivos, iniciando-se pelo ano de 2011.

Em 2011, primeiro ano de cotas implementadas no vestibular da UFPB, foram ocupadas 1.447 (mil quatrocentas e quarenta e sete) vagas por meio de cotas (Albuquerque, 2022). No âmbito da pós-graduação, a Resolução nº 58/2016 estipulou ações afirmativas para postulantes autodeclarados e oriundos da população negra, povos indígenas, povos de comunidades tradicionais e pessoas com deficiência. São reservadas, no mínimo, 20% das vagas e, no máximo, 50% para cotistas, conforme segmentos descritos nos processos seletivos de cada programa de pós-graduação.

Apesar dos constantes desmontes na educação universitária, especialmente nos dois últimos mandatos presidenciais (Michel Temer e Jair Bolsonaro), houve um aumento no número de cursos de pós-graduação em algumas universidades. Na UFPB, entre 2013 e 2019, o número de programas de pós-graduação *stricto sensu* aumentou 30,6%. Atualmente, a instituição dispõe de 81 programas e 113 Cursos de Pós-Graduação - 73 Mestrados (60 acadêmicos e 13 profissionais) e 40 Doutorados (cinco em associação e um profissional) (Albuquerque, 2022).

Na conjuntura supracitada, está inserido o PPGCI/UFPB, cujo histórico se alinha à responsabilidade social da Ciência da Informação. Um ano depois da instituição das ações afirmativas na pós-graduação, no âmbito da UFPB, em 2017 o programa passou a ofertar reserva de vagas para ações afirmativas, conforme a supracitada Resolução nº 58/2016.

A responsabilidade social da Ciência da Informação, sob a ótica de Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 19-20),

[...] refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípuo da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas.

Sem prejuízo do exposto, salientamos que a atenção à responsabilidade social da área por parte do programa antecede a história do PPGCI como tal. Silva (2009) afirma que precedeu o PPGCI/UFPB o Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (CMB/UFPB), que foi implementado em 1978, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). A maioria do seu corpo docente é oriunda do então Departamento de Biblioteconomia.

Na perspectiva inovadora do CMB/UFPB, com o seu viés social, destaca-se o XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), que contou com a participação do CMB/UFPB e foi realizado em João Pessoa (Silva, 2009). Para a autora, o evento marcou a história da Biblioteconomia brasileira e deu o pontapé para a interdisciplinaridade da área com os estudos sociais. O evento teve bastante participação e contou com conferencistas de renome nacional e internacional, como, por exemplo, Paulo Freire, com a 'Conferência Alfabetização de Adultos e Bibliotecas Populares'.

Em 1997, o CMB/UFPB foi formulado e passou a ser denominado de 'Curso de Mestrado em Ciência da Informação' (CMCI). Funcionou com esse nome até o ano de 2001, quando foi descredenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 24 anos de funcionamento, o CMCI contou com quase uma centena e meia de dissertações defendidas, mais precisamente, 148 dissertações (Alves; Aquino, 2012).

As atividades do PPGCI/UFPB, em nível de Mestrado, iniciaram em 2007, na área de concentração 'Informação, Conhecimento e Sociedade', com duas linhas de pesquisa: 'Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação' e 'Ética, Gestão e Políticas de Informação. Depois, com o desenvolvimento do programa, também foi ofertado o Curso de Doutorado em Ciência da Informação. A primeira turma, composta de sete discentes, iniciou suas atividades no ano de 2012 (Alves; Aquino, 2012).

Consideramos o PPGCI/UFPB como um terreno fértil para o desenvolvimento de estudos com viés social no campo da Ciência da Informação. Tal ambiência é propícia ao desenvolvimento de estudos em diversos campos sociais. No próximo tópico, observamos os estudos desenvolvidos por discentes cotistas do programa.

5 Resultados e discussão

Nesta seção, apresentamos os resultados da pesquisa, que teve como foco o mapeamento da produção científica de discentes cotistas do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Os dados foram representados em forma de gráficos e quadros, para facilitar a visualização.

Elaboramos uma lista com base nos resultados dos processos seletivos para ingressar no PPGCI/UFPB em nível de Mestrado e Doutorado, publicados no

site do programa¹² que abrangem o período de 2017 a 2019. Esses dados são livres para acesso e domínio público. O número de discentes cotistas, nesse período, foi de 13. Todavia, para fins deste estudo, consideramos apenas as/os discentes supracitadas/os consentiram com a exposição dos dados que compõem esta pesquisa por meio de aceite no questionário eletrônico que lhes fora enviado, chegando ao número de 10 discentes.

No Quadro 1, apresentamos a lista com os nomes das/os discentes, os respectivos cursos e o edital que ingressaram no programa:

Quadro 1 - Cotistas ingressantes no PPGCI/UFPB no período de 2017 a 2019

Cotistas	Curso	Edital de ingresso
Anderson Victor Barbosa Cavalcante	Mestrado	2017-2018
Dyego Miguel Vicente de Aguiar	Mestrado	2017-2018
Francisco Sávio da Silva	Mestrado	2017-2018
Kleber José de Lima da Costa Barros	Mestrado	2017-2018
Pedro Felipy Cunha da Silva	Mestrado	2018-2019
Marilidia de Lourdes Silva de Souza	Mestrado	2019-2020
Ronnie Anderson Nascimento de Farias	Doutorado	2017-2018
Wellington da Silva Gomes	Doutorado	2018-2019
Arthur Ferreira Campos	Doutorado	2019-2020
Dávila Maria Feitosa da Silva	Doutorado	2019-2020

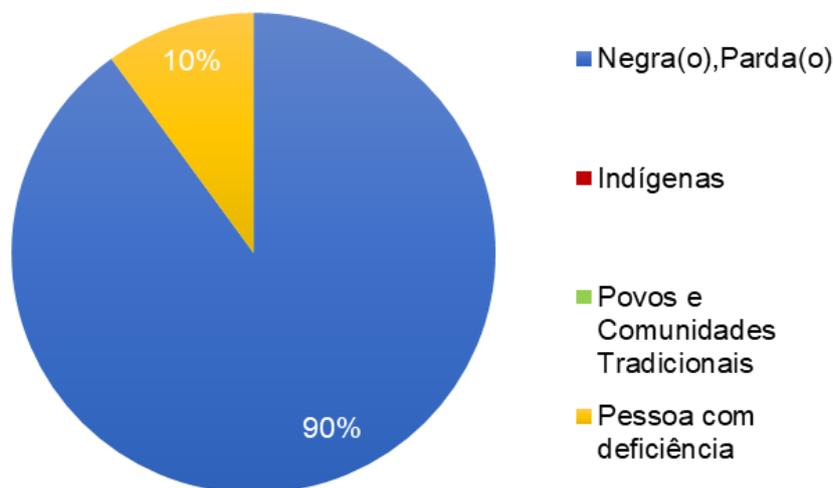
Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022).

O quadro acima não representa todo o corpo discente cotista do período de 2017 a 2019, porquanto ficaram fora as/os que não responderam ao questionário eletrônico, concordando com a exposição de seus nomes e as/os que foram aprovadas/os mas não assumiram a vaga no Programa.

Elaboramos, a partir das respostas do corpo discente acerca da modalidade da cota selecionada para ingresso no PPGCI/UFPB, o Gráfico 1 a seguir:

¹² Para saber mais: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=1871. Acesso em: 20 set. 2022

Gráfico 1 – Destrinchando as modalidades de cotas mais utilizadas para se ingressar no PPGCI/UFPB de 2017 a 2019



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022).

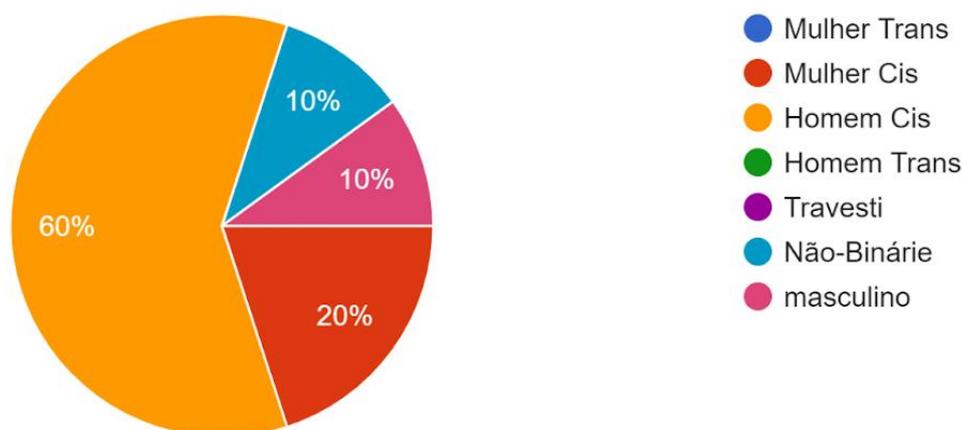
Conforme demonstrado no Gráfico 1, há uma predominância da população negra/parda e de pessoas com deficiência (1) como beneficiária das cotas no PPGCI/UFPB. No Programa, não houve ingresso de discente cotista advindo/a de grupos indígenas e povos de comunidades tradicionais. Esse cenário pode ser visto positivamente no combate ao racismo estrutural que afeta, sobretudo, a comunidade negra. Todavia, fica o questionamento acerca do baixo índice/inexistência de discentes em outras modalidades de ingresso. Diversos fatores podem implicar a inexistência de pessoas indígenas e de povos e comunidades tradicionais no programa de pós-graduação em questão: inscrições indeferidas no processo seletivo por motivos diversos; fragilidade dos PPGCIs, no que concerne à divulgação da área nos cursos de graduação, em associações, em eventos e na comunidade de modo geral, bem como a adoção de ações afirmativas nos programas de pós-graduação, entre outros fatores.

Maimone e Matos (2019) discorrem que a atenção da Ciência da Informação às questões indígenas é atual e ocorreu com base em tensões, sobretudo, devido ao etnocentrismo e ao eurocentrismo. As autoras referem que a questão indígena não é objeto frequente de pesquisas na área, embora seja percebida uma mudança gradual nesse aspecto. Além disso, enunciam que é preciso desmistificar o mito da neutralidade da informação, e que os profissionais da informação devem se afastar do etnocentrismo, compreender

a historicidade e enfatizar o protagonismo dos próprios povos na Ciência da Informação.

No que diz respeito à identidade de gênero, também indagamos as/os respondentes a qual grupo se viam pertencentes. No Gráfico 2, abaixo, apresentamos os resultados dessa questão:

Gráfico 2 - Identidade de gênero das/es/os cotistas ingressantes no PPGCI/UFPB nos editais de 2017 a 2020



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022).

De acordo com o Gráfico 2, a maioria das/os ingressantes no PPGCI/UFPB, por meio de ações afirmativas, seis discentes se identificam como 'homem cis' (60%); duas cotistas, como 'mulher cis' (20%) e uma pessoa, como 'não-binária' (10%). No que concerne aos 10% restantes, verificamos a presença de apenas um respondente que ao não se identificar com nenhuma das identidades de gênero descritas no questionário, informou no campo "outros" que se identifica como "masculino", revelando uma lacuna na compreensão das particularidades que distinguem o conceito de identidade de gênero para sexo biológico.

Para além de uma categoria de análise, o gênero é uma categoria histórica e estrutural (Saffioti, 2015), cujo conceito é consensualmente compreendido por teóricas feministas como uma construção social do masculino e do feminino. No mesmo sentido, o termo gênero é utilizado para "[...] designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas [...]" (Scott, 1995, p. 75). Para Scott (1995), falar sobre gênero implica remeter-se às origens sociais das subjetividades identitárias de mulheres e homens, portanto, é uma categoria social prescrita a um corpo sexuado.

A respeito disso, também é necessário levar em consideração as discussões das mulheres negras sobre o conceito de gênero associado aos marcadores

sociais da diferença – classe, raça/etnia, nacionalidade, orientação sexual, dentre outros. Crenshaw (2002), proponente do conceito de interseccionalidade, leva em consideração a associação entre raça e gênero. A autora relata que a prática do machismo e do racismo, em conjunto, alocam as mulheres negras para um lugar de subalternização e marginalização. Destarte, é primordial que a perspectiva interseccional seja implementada ao conceito de gênero e incorpore a pluralidade de mulheres existentes na sociedade.

Com o intuito de saber quais os temas abordados nos trabalhos acadêmicos de tese e dissertação das/os cotistas do PPGCI/UFPB, solicitamos às/aos discentes que informassem o título de seus trabalhos e fizessem um breve resumo deles, conforme podemos observar no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Temas abordados pelas/os cotistas em suas dissertações e teses oriundas do PPGCI/UFPB de 2017 a 2019

Cotistas	Trabalho acadêmico	Título
Anderson Victor Barbosa Cavalcante	Tese	Teoria crítica da informação: teoria em CI no caminho da Escola de Frankfurt
Dyego Miguel Vicente de Aguiar	Dissertação	Representação da informação em arquivos permanentes: um olhar sobre a análise documental
Francisco Sávio da Silva	Dissertação	Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil
Kleber José de Lima da Costa Barros	Dissertação	Práticas de produção e comunicação científica da Universidade Federal Da Paraíba e de Campina Grande (PB): estudo bibliométrico no período 2008 - 2018
Pedro Felipy Cunha Da Silva	Dissertação	Os registros digitais arquivísticos do Centro De Ciências Jurídicas Da Universidade Federal Da Paraíba: descrição, categorização e metadados de preservação digital
Marilídia De Lourdes Silva De Souza	Dissertação	Análise do processo de GI e suas contribuições para a implementação da LGPD no TREP
Ronnie Anderson Nascimento de Farias	Tese	Diretrizes para preservação digital e construção de memória em repositórios institucionais: modelo para preservação digital em repositórios das universidades públicas nacionais
Wellington Da Silva Gomes	Tese	Análise do conceito de confiança nas publicações técnicas do Conarq

Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022).

Mediante os dados apresentados, não foram inseridas/os, no Quadro 2, as/os cotistas que não haviam qualificado ou defendido seus trabalhos finais até o momento em que este estudo estava sendo desenvolvido. Por isso, não compõem o Quadro 2, o discente Arthur Ferreira Campos e a discente Dávila Maria Feitosa da Silva. Ao todo, foram recuperadas cinco dissertações e três teses. Constatamos que há uma diversidade temática nos estudos desenvolvidos pelas/os discentes cotistas. Os temas vão desde questões epistemológicas da Ciência da Informação, em nível de teoria crítica, até outros como: representação e organização da informação e do conhecimento, produção científica, práticas informacionais, documentos arquivísticos digitais, preservação de documentos digitais e gestão da informação.

Com a finalidade de identificar as produções científicas das/os cotistas nos últimos cinco anos (2018-2022), recuperamos artigos científicos e capítulos de livros inseridos em seus respectivos currículos *Lattes*. O resultado dessa investigação pode ser visualizado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Produções científicas e temas mais recorrentes nas publicações das/es/os cotistas nos últimos cinco anos (2018-2022)

Cotistas	Produções científicas	Temáticas recorrentes
Anderson Victor Barbosa Cavalcante	CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; BUFREM, Leilah Santiago; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A escola de Frankfurt e a ciência da informação. LOGEION: Filosofia da Informação , Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 40-60, mar./ago. 2020. CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; SOUZA, Edivanio Duarte; BUFREM, Leilah Santiago. A perspectiva dual do conhecimento em informação à luz da teoria da racionalidade de Jürgen Habermas. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , [s. l.], v. 12, n. 2, p. 1-23, 2019. CAVALCANTE, Anderson Victor; TARGINO, Maria das Graças. Admirável mundo novo da ética da informação 2.0 em tempos de fake news. Informação em Pauta , Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 33-53, 2020.	Epistemologia; Teoria crítica; Fake News.
Me. Dyego Miguel Vicente de Aguiar	Não foram encontradas produções científicas conforme os critérios estabelecidos por este estudo	Gestão documental; Análise documentária; Preservação.
Me. Francisco Sávio da Silva	SILVA, Francisco Sávio da; COSTA, Marcílio Herculano da; DANTAS, Jefferson Fernandes; LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. Produtos e serviços informacionais	Negros; Indígenas; Produção científica.

	<p>nos arquivos do Mercosul: análise das páginas web dos arquivos nacionais. Archeion Online, v. 6, n. 1, p. 23-47, jan./jun. 2018.</p> <p>SILVA, Francisco Sávio da; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Endangered Archives Programme: experiências arquivísticas e a digitalização de documentos históricos na Paraíba. Acesso Livre, Rio de Janeiro, n. 9, p. 86-102, jan./jun. 2018.</p> <p>SOUSA, Anicleide de; SILVA, Francisco Sávio da; PACHECO, Josilene Pereira; SILVA, Thiago Brandão da. Educação patrimonial e acervos digitais: discutindo a preservação da história e memória afro-brasileira. <i>In</i>: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). Educação patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares, Caderno Temático 6. João Pessoa: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017, p. 120-133.</p>	
Me. Kleber José de Lima da Costa Barros	BARROS, Kleber José de Lima Costa; AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos. Lei das cotas raciais no Brasil: uma análise sobre essa realidade. <i>In</i> : LIMA, Izabel França de; FRANÇA, Fabiana da Silva (org.). Informação e inclusão: construto teórico-prático na pós-modernidade . Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 1, p. 238-266.	Comunicação científica; Bibliometria; Altimetria.
Me. Pedro Felipy Cunha Da Silva	<p>SILVA, Pedro Felipy Cunha da; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Metadados de preservação digital e registros digitais arquivísticos. Revista Brasileira de Preservação Digital, Campinas, v. 2, p. 1-20, 2021.</p> <p>SILVA, Pedro Felipy Cunha da. Implantação do assentamento funcional digital em uma instituição federal. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 334-350, jan./jun. 2017.</p> <p>SILVA, Pedro Felipy Cunha da. O impacto do diagnóstico documental na gestão de documentos do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. <i>In</i>: FERRARO, Juliana Ricarte; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em instituições federais de ensino. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 30-42.</p>	Registros digitais; Metadados; Preservação digital.
Marilídia de Lourdes Silva de Souza	Não foram encontradas produções científicas conforme os critérios estabelecidos por este estudo	Usuários da informação; Lei Geral de Proteção de Dados; Gestão da informação.
Me. Ronnie Anderson	CAMPOS, Ilka Maria Soares; PAIVA, Eliane Bezerra; FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de.	Memória institucional; Preservação digital;

<p>Nascimento de Farias</p>	<p>Acessibilidade digital em sistemas acadêmicos da UFPB: análise a partir das heurísticas de usabilidade. Informação & Informação, Londrina, v. 26, n. 1, p. 632-659, jan./mar. 2021.</p> <p>FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de. Análise de comportamento do uso das bibliotecas digitais de Universidades Federais brasileiras. <i>In: SILVA SEGUNDO, Sanderli José da; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; BETTENCOURT, Teresa (org.). Ciência da Informação na era da virtualidade. João Pessoa: EBS, 2017, p. 5-9.</i></p> <p>FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; LIMA, Izabel França de. Repositórios de informação acessível análise dos serviços de informação do RIA (UFRN) e Biblioteca Sonora (UnB). <i>In: LIMA, Izabel França de; FRANÇA, Fabiana da Silva (org.). Informação e inclusão: construto teórico-prático na pós-modernidade. João Pessoa: EDUEPB, 2020, p. 13-39.</i></p> <p>FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá; LIMA, Izabel França. Usabilidade dos websites dos repositórios institucionais dos IFES do Brasil nos dispositivos móveis: o contexto das cibercidades. Informação em Pauta, Fortaleza, v. 4, n. especial, p. 84-98, 2019.</p> <p>FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Análise do uso de repositórios digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, Natal, v. 1, n. especial, p. 1-20, 2017.</p> <p>REZENDE, Angerlânia; FARIAS, Ronnie Anderson; NASCIMENTO, Manuella Oliveira do. Gestão de materiais de multimeios em bibliotecas escolares: contribuição no processo de ensino-aprendizagem. <i>In: PIMENTA, Jussara Santos; BALÇA, Ângela; SILVA, Márcio Ferreira da (org.). Biblioteca escolar, livros, leitura: interações e diálogos. Porto Velho: Edufro, 2022, p. 91-104.</i></p>	<p>Preservação digital dos repositórios institucionais.</p>
<p>Me. Wellington da Silva Gomes</p>	<p>GOMES, Wellington da Silva; AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos. Análise dos aspectos de confiabilidade do Repositório Digital Arquivístico Archivematica à luz da Resolução nº 43 do Conselho Nacional de Arquivos. Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 7, n. 1, p. 105-120, jan./abr. 2020.</p> <p>GOMES, Wellington da Silva; AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos. Ciência da Informação e bibliometria: análise da produção científica sobre ICA-ATOM e Archivematica na base de dados - BRAPCI. Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 30-43, jan./jun. 2018.</p> <p>GOMES, Wellington da Silva; MAIA, Manuela Eugênio. Da experiência à análise arquivísticas: um estudo de caso</p>	<p>Gestão da informação; Tecnologia da informação; Comunicação científica.</p>

	<p>realizado no arquivo do Fórum Regional Desembargador José Flóscolo da Nóbrega (João Pessoa - Paraíba). Ciência da Informação em Revista, Maceió, v. 5, n. 2, p. 118-129, maio/ago. 2018.</p> <p>SILVA, Jefferson Higino da; GOMES, Wellington da Silva; PATRÍCIO, Rebeca de Oliveira. Perspectiva interdisciplinar: estudo bibliométrico entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Archeion Online, João Pessoa, v. 10. n. especial, p. 104-126, 2022.</p>	
Me. Arthur Ferreira Campos	<p>ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; FEITOZA, Rayan Aramís de Brito; CAMPOS, Arthur Ferreira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. "Práticas informacionais" nas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Folha de Rosto, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 64-82, jan./abr. 2022.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; FEITOZA, Rayan Aramís de Brito. A questão étnico-racial nas organizações contemporâneas sob a perspectiva da gestão do conhecimento. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. 3. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 443-461.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; MELO, Daniella Alves de; FEITOZA, Rayan Aramís de Brito; ANDRADE, Leonardo Thales Brandão de; PEREIRA, Ramon Felix Moreira. Arquivos de instituição de ensino: estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba. Informação@Profissões, Londrina, v. 10, n. 1, p. 121-141, jan./abr. 2021.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Traçados teóricos sobre informação e pervasividade. Revista ACB, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 448-461, ago./dez. 2020.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. O papel da competência em informação diante do fenômeno da desinformação. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações. 2. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019, p. 499-514.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; RAMOS, Bruno Soares; DAVI, Maria da Conceição; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. O uso estratégico de redes sociais digitais no ensino-aprendizagem: um estudo com os objetivos 4 e 17 da Agenda 2030. Revista ACB, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-12, 2021.</p> <p>CAMPOS, Arthur Ferreira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Encontrabilidade da informação e arquitetura da</p>	Arquitetura da informação; Competência informacional; Encontrabilidade da informação.

informação: possíveis relações teóricas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1-19, 2021.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VALÉRIO, Erinaldo Dias. AYA Biblioteca: investigação para a encontrabilidade da informação étnico-racial. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2021.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Encontrabilidade da Informação Étnico-Racial na AYA Biblioteca. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. 3. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 363-380.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VECHIATO, Fernando Luiz. Análise dos ambientes informacionais do Núcleo Temático da Seca e do Semiárido da UFRN (NUT-SECA) sob a ótica do wayfinding no contexto da encontrabilidade da informação. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações**. 2. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019, p. 557-574.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VECHIATO, Fernando Luiz. Construto para o conceito de wayfinding na Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 549-573, out./dez. 2020.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; CAMPOS, Arthur Ferreira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Recomendações para a atuação dos/das bibliotecários/as frente às necessidades informacionais impostas pela pandemia da COVID-19. *In*: SILVA, Andreia Sousa da; MARTENDAL, Fernanda Frasson (org.). **A perspectiva social nos estudos de usuários em arquivos, bibliotecas e museus: teoria e prática**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021, p. 157-171.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SANTANA, Sérgio Rodrigues; CAMPOS, Arthur Ferreira. Verificação dos parâmetros de acessibilidade para usuários deficientes nos repositórios de dados científicos DATAVERSE e DRYARD. *In*: COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SANTANA, Sérgio Rodrigues de; CAMPOS, Arthur Ferreira (org.). **Dados científicos: estudos práticos, teóricos e epistêmicos**. João Pessoa: Ideia, 2020, p. 78-99.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; SANTANA, Sérgio Rodrigues de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; CAMPOS, Arthur Ferreira; PESSOA, Luiz Gustavo de Sena Brandão; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. A discussão sobre Big Data na Ciência da Informação: uma revisão da literatura a partir dos estudos indexados na Brapci publicados entre 2013 e 2019. *In*: COSTA, Levi Cadmiel

Amaral da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SANTANA, Sérgio Rodrigues de; CAMPOS, Arthur Ferreira (org.).

Dados científicos: estudos práticos, teóricos e epistêmicos. João Pessoa: Ideia, 2020, p. 122-139.

GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; CAMPOS, Arthur Ferreira; COSTA, Levi Cadmiel Amaral da. Pós-modernidade, Ciência da Informação e Memória Digital: por um diálogo teórico-conceitual. *In:* CESAR, Denise Jovê; PONTES, Carlos José Farias; SILVA, Francisco Carlos da (org.). **Pesquisas no ensino básico, técnico e tecnológico:** interdisciplinaridades. Rio Branco: Stricto Sensu Editora, 2020, p. 206-220.

RAMOS, Bruno Soares; CAMPOS, Arthur Ferreira; PAIVA, Eliane Bezerra; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Estratégia omnichannel e a experiência do usuário: um estudo na rede social digital LinkedIn. **AtoZ:** novas práticas em informação e conhecimento, v. 10, n. 3, p. 1-11, set./dez. 2021.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SANTOS, Ícaro Augusto; CAMPOS, Arthur Ferreira. Análise da produção científica da Universidade Federal de Goiás sobre saúde da população negra. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s. l.], n. especial, p. 1-16, 2022.

SOUSA, Gleyce Kelly Alves; VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência em informação para a igualdade racial. **LOGEION:** Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 128-144, mar./ago. 2021.

VALERIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação Antirracista no Ensino da Biblioteconomia: percepção discente. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. especial, p. 118-126, 2019.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira; LOURENÇO, Alex; NOGUEIRA, Beatriz. Competência em informação e as relações étnico-raciais: percepções sobre a matriz curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.).

Bibliotecári@s negr@s: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação. 4. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021, p. 269-284.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-332, abr./jun. 2019.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira; LOURENÇO, Alex; NOGUEIRA, Beatriz. Refletindo sobre a

	<p>formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-13, 2021.</p>	
Ma. Dávila Maria Feitosa da Silva	<p>ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Ermeson Nathan Pereira; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Territorialização de um epistemicídio: autoras/es brasileiras/os referencias/os nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Folha de Rosto, Juazeiro do Norte, p. 9-27, jan./abr. 2021.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da; ALMEIDA, Gracione Batista Carneiro; SILVA, Samara Matias da; BRASIL, Marcus Vinícius de Oliveira. Políticas públicas de gestão da informação em bibliotecas universitárias. <i>In</i>: ALMEIDA, Gracione Batista Carneiro; BEZERRA, Alla Moanna Cordeiro de Souza (org.). Biblioteconomia e Ciência da Informação: textos e contextos. Pará de Minas: Virtual Books, 2018, p. 7-26.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Informações étnico-raciais: um olhar sobre a produção de youtubers negras. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019, p. 151-181.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Bibliotecárias negras cearenses: contribuições para a luta antirracista. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). Mulheres negras na Biblioteconomia. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019, p. 67-86.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da; FERREIRA, Rodolfo Gabriel Santana. O uso do podcast na disseminação de informações étnico-raciais. Folha de Rosto, Juazeiro do Norte, v. 5, n. especial, p. 109-117, 2019.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Informação étnico-racial: o eco de vozes mulheres que não aceitam o lugar de "quarto de despejo". <i>In</i>: BARROSO, Danielle; GOMES, Elisângela; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). Epistemologias negras: relações raciais na Biblioteconomia. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019, p. 223-242.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa; MUCCILLO, Marcela de Oliveira; LIMA, Izabel França de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. Práticas informacionais e relações étnico-raciais: um olhar sobre o selo Nyota. Folha de Rosto, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 104-120, jan./abr. 2022.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da; VALÉRIO, Erinaldo Dias; CARMO, Nicácia Lina do. Negra intelectual na</p>	Raça; Gênero; Decolonialidade.

	<p>Biblioteconomia do Cariri Cearense: a trajetória de Joselina da Silva. Folha de Rosto, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 28-47, jan./abr. 2021.</p> <p>SILVA, Dávila Maria Feitosa da; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018, p. 105-128.</p> <p>VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Informar para a igualdade racial: participação cidadã na produção, acesso e uso da informação étnico-racial. <i>In</i>: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018, p. 179-196.</p>	
--	---	--

Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022).

No quadro, são apresentados os estudos mapeados por esta pesquisa. Foram recuperadas 52 investigações científicas, considerando artigos científicos e capítulos de livros. Para saber quais os temas recorrentes em suas publicações, indagamos às/aos discentes quais seriam estas, a partir do questionário aplicado. Observamos que as temáticas vão ao encontro das temáticas apresentadas pelos discentes como mais recorrentes, porém as pesquisas não se restringiram às mesmas. Grande parte dos estudos supracitados estão relacionados com os seguintes temas: Altimetria, Arquitetura da Informação, *Fake News*, Gestão da Informação, Preservação Digital, Tecnologia da Informação, entre outros.

Não obstante o exposto, este estudo foi desenvolvido no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação, Organização e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GEMINAS) da UFPB. Alguns estudos contemplam os marcadores de raça, gênero, classe social, entre outros. Destacamos estudos desenvolvidos sob a ótica decolonial e interseccional e outros com enfoque em questões de gênero e nas populações negra, parda e indígena. Quando questionado sobre se suas pesquisas contemplavam os marcadores sociais de diferença, a maioria (60%) do corpo discente cotista respondeu que sim. Este resultado está em consonância com o que foi exposto no tópico anterior, em que consideramos que o PPGCI/UFPB possui historicamente um viés social, estando atento à responsabilidade social da Ciência da Informação.

Ainda, buscamos verificar quem são as pessoas orientadoras de cada discente e também, analisar se os temas de suas teses e/ou dissertações

estão em consonância com as temáticas de interesse e trabalho dessas/es orientadoras/es, conforme demonstra o Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 - Produções científicas e temáticas de interesse e trabalho das(os) orientadoras(es)

Discente	Orientador(a)	Temáticas de maior atuação do(a) orientador(a)
Anderson Victor Barbosa Cavalcante	Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza	Epistemologia da Ciência da Informação; Epistemologia interdisciplinar; Fundamentos teóricos da Ciência da Informação; Formação e desenvolvimento de coleções; Gestão da informação e do conhecimento; Propriedades, atributos e estruturação da informação; Direito à informação; Direito à memória; Direito ao esquecimento; Propriedade intelectual e Direitos conexos.
	Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem	Ciência da Informação; Manuais didáticos; Metodologia Científica; Educação e pesquisa em Ciência da Informação.
Dyego Miguel Vicente De Aguiar	Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves	Organização e Representação da Informação/Conhecimento; Representação e Mediação da Informação; Estudos de gênero; Fundamentos teóricos e memória na Biblioteconomia e Ciência da Informação.
Francisco Sávio da Silva	Profa. Dra. Eliane Bezerra Paiva.	Organização, acesso e uso da informação; Produção científica; Memória e Informação indígena.
Kleber José de Lima da Costa Barros	Profa. Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran	Biblioteconomia; Comunicação científica, Altimetria, Bibliometria, Cienciometria; Netnografia; Ciência da Informação; Metodologia científica; Gestão de coleções; Comunicação da ciência; Open Access; Produção científica; Genealogia acadêmica; Humanidades digitais; Redes de colaboração acadêmica e Bibliotecas digitais.
Pedro Felipy Cunha Da Silva	Prof. Dr. Wagner Junqueira de Araújo	Gestão da segurança da informação; Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs; Gestão da informação e do conhecimento; Mapeamento e melhoria de processos de gestão.
Marilídia De Lourdes Silva De Souza	Prof. Dr. Dr. Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's; Gestão da informação e do conhecimento nas organizações; Políticas de informação; Ciência da Informação; Teoria da comunicação; Relações Públicas e Propaganda; Comunicação.
Ronnie Anderson Nascimento de Farias	Profa. Dra. Izabel França de Lima	Memória institucional; Memória e identidade; Repositórios institucionais; Acesso e uso da informação; Acessibilidade, usabilidade e inclusão digital/social/racial; Informação étnico-racial; Justiça social, informacional, racial e de gênero.
Wellington Da Silva Gomes	Prof. Dr. Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs - Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e políticas de informação.
Arthur Ferreira Campos	Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa	Competência informacional; Arquitetura da informação; Limitações digitais; Aspectos jurídicos da informação.

Dávila Maria Feitosa da Silva	Profa. Dra. Izabel França de Lima	Memória institucional; Memória e identidade; Repositórios institucionais; Acesso e uso da informação; Acessibilidade, usabilidade e inclusão digital/social/racial; Informação étnico-racial; Justiça social, informacional, racial e de gênero.
-------------------------------	-----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es a partir dos dados da pesquisa (2022)

De acordo com o Quadro 4, os temas de interesse em que as/os orientadoras/es mais atuam estão alinhados às produções científicas de suas/os orientandas/os e isso demonstra os resultados das trocas e das partilhas de saberes em sala de aula e para além dela, na relação entre o corpo docente e o discente do PPGCI/UFPB, a receptividade das/os docentes à pluralidade do fazer científico e o fomento à expansão do conhecimento, seja no viés social, físico ou cognitivo da CI.

De acordo com o autor Zamboni (2014, p. 14), marcadores sociais da diferença são “sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais”. Essas categorias de classificações sociais podem se apresentar em forma de raça, gênero, sexualidade, classe, geração, entre outros. Para o autor, as diferenças e as desigualdades entre os indivíduos não são naturais, elas nascem a partir de construções sociais e necessitam de uma contextualização no que se refere ao tempo e ao espaço, e “os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política” (Zamboni, 2014, p. 15). Sendo assim, os sistemas de classificações sociais estão fortemente ligados às relações de poder e sempre em conflito com as relações pessoais em detrimento do campo político.

Isto posto, consideramos que a Ciência da Informação, como Ciência Social Aplicada, deve estar atenta às demandas sociais e empreender pesquisas articuladas com os marcadores sociais da diferença com vistas a contribuir para que a área esteja em constante diálogo com a sociedade. Os dados descritos neste tópico indicam que o PPGCI/UFPB presta um grande serviço, por meio do seu corpo discente e docente, para a sociedade, de modo geral, mas, sobretudo, para a Ciência da Informação.

6 Considerações finais

Iniciamos este estudo discorrendo sobre as ações afirmativas, sua importância e uma breve revisão política do ano de 2022. Apresentamos, brevemente, o histórico das ações afirmativas e as resistências às cotas

pautadas no racismo estrutural e na manutenção dos privilégios das elites e das classes dominantes no âmbito educacional.

Ademais, apresentamos, resumidamente, o contexto de implantação das ações afirmativas no contexto da UFPB, com destaque para o NEABI da instituição na implementação dessa política, seu corpo docente e o discente, bem como os movimentos sociais e pastorais da Arquidiocese da Paraíba. Discorreremos, ainda, sobre a implantação das cotas nos editais de ingresso no PPGCI/UFPB e o histórico caráter social do Programa, sua atenção à responsabilidade social da Ciência da Informação e sua evolução na instituição. Esses aspectos foram mais bem observados na apresentação dos resultados desta pesquisa, em que se manifestou a presença de estudos que dialogam com os marcadores sociais da diferença.

Nesse sentido, podemos afirmar que este estudo atingiu o objetivo proposto. Diante dos limites deste estudo, consideramos que os dados apresentados demonstram a eficácia da política de cotas no âmbito da pós-graduação, e isso desmistifica a falaciosa ideia de que o desempenho dos discentes cotistas é inferior aos dos demais. Convém enfatizar que as/os discentes cotistas do PPGCI/UFPB têm uma produção científica relevante, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também, principalmente, qualitativo.

Assim, tendo em vista os aspectos abordados, entendemos que é importante continuar acompanhando a produção científica de discentes cotistas no contexto do PPGCI/UFPB e dos demais programas de pós-graduação da área. Além disso, julgamos pertinente ouvir a percepção das/os discentes cotistas acerca do cenário da produção científica, considerando seus desafios e as perspectivas de cada um/a.

Referências

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **As ações afirmativas na Pós-Graduação em Educação**: acesso, permanência e produção do conhecimento nas universidades federais do Nordeste. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23122>. Acesso em: 11 out. 2022.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Miriam Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. especial, 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/91172>. Acesso em: 2 dez. 2021

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro**: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB, 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20236/1/FelipeArthurCordeiroAlves_Dissert.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39678>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ARTES, Amélia. Dimensionando as Desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira. **Educ. rev.**, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100177&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2012. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309>. Acesso em: 9 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Laurentino. **A escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/4jyF7L8ncM6QTVKM3TzjdGj/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. IFLA. Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Márcia de Moraes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Informação que circula sobre a Política de Cotas no Ensino Superior. **Plurais**: Revista Multidisciplinar da UNEB, v. 1, p. 76-91, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/5>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LIMA, Maria Luciene Ferreira. **Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MAIMONE, G. D.; MATOS, A. P. de. Culturas indígenas sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 46–55, 2019. DOI: 10.36311/1981-1640.2019.v13n3.05.p46. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9121>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200006. Acesso em: 18 jul. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NEABI/UFPB. **Dossiê Ações Afirmativas na UFPB: a longa década da democratização inconclusa no ensino superior (1999-2012)**. João Pessoa: NEABI/CCHLA, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/dossie-aoes-afirmativas-na-ufpb-a-longa-decada-da-democratizaao-inconclusa-no-en>. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA, José Kellyton Pessoa de. **Ações afirmativas nas Ciências Médicas: impactos das cotas no curso de medicina da UFPB à luz dos direitos humanos**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19446>. Acesso em: 11 out. 2022.

ORTOLAN, Luciana Pereira. et al. As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira. *Biblionline*, v. 13, n. 3, p. 14-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35715>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PAIVA, Eliane Bezerra; RAMALHO, Francisca Arruda. Usuários da informação: a produção científica no periódico 'Perspectivas em Gestão & Conhecimento'. **Informação em Pauta**, v. 2, n. especial, p. 47-68, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20647>. Acesso em: 11 out. 2022.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 158 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 7 set. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. 30 anos da pós-graduação em ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119305>. Acesso em: 2 set. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os(as) negro(as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12247/7765>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/5911>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ZAMBONI, Márcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509716/mod_resource/content/0/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

Sobre a autoria

Felipe Arthur Cordeiro Alves

Técnico em Arquivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Bacharel em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

felipecordeiro41@hotmail.com

Rebeca Klywiann Mulatinho Cardone

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

rebecaklywiann@gmail.com

Ana Patrícia Silva Moura

Bibliotecária-documentalista na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharel em Biblioteconomia e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

anapmoura1807@gmail.com

Notas

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflitos de interesses

Não.

Artigo submetido em: 1 nov. 2022.

Aceito em: 22 jun. 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhaval 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



folhaderosto@ufca.edu.br



[@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)



[@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.